

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
IOPAY S.A. INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO
Em 28 de fevereiro de 2026

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A IOPAY S.A. Instituição de Pagamento (“Companhia”) é uma sociedade por ações, administrada por Diretoria e Conselho de Administração, conforme disposto em seu Estatuto Social.

A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a operação de soluções tecnológicas para meios de pagamento, estando em processo de estruturação para atuar como Instituição de Pagamento, na modalidade de emissora de moeda eletrônica e facilitadora de pagamentos (Payment Service Provider – PSP), sujeita à regulamentação do Banco Central do Brasil.

Desde junho de 2020, a Companhia concentrou seus esforços no desenvolvimento de sua plataforma tecnológica própria (“Sistema IOPAY”), tendo realizado investimentos relevantes ao longo dos exercícios subsequentes.

Em fevereiro de 2026, os sistemas principais foram concluídos e validados em ambiente de testes, sendo considerados aptos para início da operação.

A partir de março de 2026, a Companhia iniciou sua fase operacional, encerrando o período de capitalização dos custos de desenvolvimento e passando a reconhecer receitas e despesas operacionais.

No âmbito societário e regulatório, destacam-se os seguintes eventos relevantes:

- Transformação de sociedade limitada para sociedade por ações em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 2026;
- Adequação do Estatuto Social e do objeto social às exigências do Banco Central do Brasil em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de fevereiro de 2026;
- Preparação para o protocolo do pedido de autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil.

A Companhia disponibilizará infraestrutura tecnológica para aceitação e processamento de múltiplos instrumentos de pagamento, incluindo cartões, transferências instantâneas (PIX), boletos bancários e outros meios de pagamento, atuando na captura, processamento, liquidação e conciliação das transações.

Adicionalmente, poderá utilizar ativos digitais exclusivamente como instrumento operacional de liquidação, sem caracterizar atividades privativas de instituições financeiras ou de negociação de criptoativos.

A Companhia observa, em suas operações, as diretrizes regulatórias aplicáveis, incluindo controles de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD/FT), processos de identificação de clientes (KYC/KYB), monitoramento transacional e estrutura de governança compatível com sua atividade.

A Administração entende que a Companhia possui condições operacionais, tecnológicas e financeiras para dar continuidade às suas atividades.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com:

- As práticas contábeis adotadas no Brasil;
- As normas aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda funcional: Real (R\$).

2.3 Principais práticas contábeis

a) Reconhecimento de receitas

As receitas serão reconhecidas quando da prestação dos serviços de processamento e liquidação de transações, conforme a ocorrência dos eventos econômicos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerário, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

c) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com vida útil estimada de 10 anos.

d) Ativo intangível

Refere-se substancialmente ao desenvolvimento interno do sistema de pagamentos da Companhia.

Os gastos com desenvolvimento foram capitalizados conforme critérios técnicos de viabilidade econômica e geração de benefícios futuros.

A amortização será realizada pelo método linear, ao longo de 20 anos, com início a partir de março de 2026.

e) Passivos financeiros

Reconhecidos pelo valor justo na data de sua contratação e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, quando aplicável.

f) Recursos de terceiros em contas de pagamento

A Companhia manterá, quando aplicável, recursos de clientes segregados de seu patrimônio, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

g) Instrumentos financeiros

A Companhia não realizou operações relevantes com instrumentos financeiros no período.

h) Tributos

Calculados de acordo com a legislação vigente.

3. IMOBILIZADO

O imobilizado é composto por equipamentos de processamento de dados e móveis e utensílios, registrados ao custo e depreciados pelo método linear.

O valor contábil líquido em 28 de fevereiro de 2026 é de R\$ 79.513.

4. ATIVO INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto pelos custos incorridos no desenvolvimento do Sistema IOPAY, conforme demonstrado abaixo:

- 2020 a fevereiro de 2026: R\$ 4.819.142

A Administração avaliou a recuperabilidade do ativo com base na expectativa de geração de fluxos de caixa futuros decorrentes da operação da plataforma.

5. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Corresponde aos valores recebidos de investidores com intenção de conversão em capital social, cuja formalização está em andamento.

A Administração entende que tais valores serão convertidos em capital no curso normal dos negócios.

6. EMPRÉSTIMOS DE SÓCIOS

Referem-se a recursos aportados pelos sócios para financiamento das atividades da Companhia, sem incidência de encargos financeiros até a data-base.

As condições de liquidação ou conversão desses valores serão definidas pela Administração.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 28 de fevereiro de 2026 é de R\$ 4.105.526, representado por 371.567 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Prejuízo acumulado

A Companhia apresentou prejuízo no período, decorrente de sua fase pré-operacional.

c) Capital regulatório

A Companhia encontra-se em processo de estruturação de seu Patrimônio de Referência, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

8. GESTÃO DE RISCOS E CONFORMIDADE

A Companhia mantém estrutura de gestão de riscos compatível com sua atividade, incluindo:

- prevenção à lavagem de dinheiro (PLD/FT)
- identificação de clientes (KYC/KYB)
- monitoramento de transações
- governança corporativa

9. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração entende que a Companhia possui recursos financeiros e estrutura adequados para a continuidade de suas operações e início de suas atividades operacionais.

São Paulo, 06 de março de 2026.

Rodrigo de Almeida Rodriguez

Sócio Administrador

CPF: 344.138.918-21

João Batista de Sousa

Contador

CRC/SP 136.128